



**MPV 936**  
**00342**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

**EMENDA N°**  
(À Medida Provisória N° 936/20)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA N° 2020.**

Altere-se a Medida Provisória n° 936 quanto ao inciso II do artigo 7° para a seguinte redação:

**Art. 7°** Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1°, o empregador poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados, por até noventa dias, observados os seguintes requisitos:

(...)

**II** – pactuação por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, observado o artigo 11;

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição promove o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7°, XXVI), como autênticas fontes de direitos humanos trabalhistas, permitindo que incrementem a condição social dos trabalhadores e das trabalhadoras (art. 7°, caput), bem como dispõe ser obrigatória a participação das entidades sindicais na negociação coletiva, conforme art. 8°, VI.

Ademais, a Constituição de 1988 prevê, como garantia inerente à dignidade humana, a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7°, IV).

Assim, a presente emenda visa adequar à Medida Provisória aos ditames da Constituição Federal, prevendo a necessidade da negociação coletiva, uma vez que a previsão de acordos individuais viola a autonomia negocial coletiva agredindo, primeiro, o sistema normativo que deve vincular todos os Poderes Constituídos e, segundo, a Convenção n° 98 da OIT, que equivale a norma de patamar superior ao das medidas provisórias.



SF/20077.65784-07



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Mesmo em momentos de crise, como a que estamos vivenciando atualmente, não justifica a edição de normas que vão de encontro ao disposto na Constituição Federal, acarretando insegurança jurídica para os empregadores que adotarem as medidas propostas e prejuízos ao obreiro, parte hipossuficiente da relação de emprego.

Sala de sessões,

**SENADOR JAQUES WAGNER**

**PT – BA**



SF/20077.65784-07